



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Os Britânicos e o Tráfico de Escravos para o Brasil: um estudo sobre a Royal African Company
Autor	GABRIEL FAVRETTO
Orientador	FABIO KUHN

Autor: Gabriel Favretto

Orientador: Fábio Kühn

Instituição: UFRGS

Título: Os Britânicos e o Tráfico de Escravos para o Brasil: um estudo sobre a *Royal African Company*

Resumo:

O objetivo desse trabalho é propor uma análise dos interesses britânicos no tráfico de escravos para o Brasil na primeira metade do século XVIII através da atuação da *Royal African Company*. Essa foi uma companhia estatal inglesa de caráter monopolista que comerciava diversas mercadorias na costa oeste africana, sendo notável sua participação no comércio escravocrata pelo Atlântico. A delimitação do tema começou em 2017 a partir do projeto de pesquisa: *Conexões negreiras: redes trans-imperiais de contrabando de escravos no Rio da Prata (1740-1777)*. No projeto, entrei em contato com os *State Papers - Portugal*, provenientes dos *National Archives* de Londres e os *Tyrawly Papers* oriundos da *British Library*. Essa documentação consiste em uma série de cartas diplomáticas trocadas entre os altos escalões das cortes portuguesa e inglesa a respeito das relações entre os respectivos países na primeira metade do século XVIII. Transcritos tais documentos, comecei o estudo das correspondências trocadas entre a corte inglesa (Duque de Newcastle) e seus representantes em Lisboa (Lorde Tyrawly) envolvidos em negociações no final da década de 1730. Não obstante, não foram analisadas somente cartas, mas também outros tipos de fontes. Dessas, a mais importante foi um plano com nove pontos distintos visando um possível tratado entre Inglaterra e Portugal para que os primeiros detivessem o monopólio do tráfico de escravos para a América Portuguesa. A Coroa lusitana, entretanto, manobrou retoricamente os ingleses, invocando as leis portuguesas para barrar tal “intromissão” indevida. O tráfico seria, nesse sentido, um privilégio que o rei cedia a seus súditos no Brasil e infringir isso seria burlar a legislação que a própria monarquia estabelecera nos seus domínios ultramarinos. Pretendo, portanto, cotejar as fontes a partir da bibliografia a respeito da *Royal African Company* e elucidar como tais hipóteses podem ser inseridas no contexto da América Portuguesa do início do século XVIII.